

# Eixo Capital



**ANA MARIA CAMPOS**  
anacampos.df@dabr.com.br

## Animais têm sentimentos, segundo define lei distrital

Enquanto o novo Código Civil, em debate no Congresso, discute como lidar com questões que afetam os pets, a Câmara Legislativa aprovou uma lei que reconhece os animais não humanos como seres sencientes, passíveis de dor e sofrimento, que fazem jus à tutela jurisdicional em caso de violação de seus direitos. A lei que entrou em vigor na última sexta-feira é de autoria do deputado Daniel Donizet (PL), que tem focado o mandato em questões relacionadas ao benefício de bichos, especialmente os que convivem com as famílias. Além de reconhecer que os animais não humanos possuem natureza biológica e emocional, são também objetivos da lei a afirmação dos direitos desses animais e sua proteção, bem como a construção de uma sociedade solidária. O texto também veda o tratamento dos animais não humanos como coisa.

Divulgação/SLU



### Contra crueldade

Para Donizet, a nova lei marca um avanço significativo na proteção dos direitos dos animais no Distrito Federal. "Reconhecer que um animal é um ser sensível determina que ele é capaz de ter sentimentos como tristeza e alegria, e de sentir dor e sofrimento", reforça. Desse modo, segundo o parlamentar, ao reconhecer essa condição, a lei busca proteger os animais contra crueldade, maus-tratos e outras formas de sofrimento.

Geovana Albuquerque/Agência Brasília



### Gibis à disposição

Para quem é fã de histórias em quadrinhos, uma boa opção é se aventurar na gibiteca do Espaço Cultural Renato Russo. Batizada com o nome do jornalista e ativista cultural TT Catalão, a gibiteca é considerada a terceira maior do país e um verdadeiro paraíso para os amantes da nona arte, abrigando mais de 14 mil exemplares que vão desde as coleções Marvel e DC até mangás e obras internacionais para todas as faixas etárias. O Governo do Distrito Federal (GDF) investiu R\$ 80 mil para renovar o espaço.

### Embates

Reprodução/Redes sociais

Ex-presidente do Sinpol-DF, o policial Alex Galvão não gostou de ver a iniciativa do ex-presidente da entidade Fábio Barcellos, como a coluna mostrou ontem, em contato com o presidente Lula em reivindicação pela paridade dos salários da categoria com os da Polícia Federal. "Infelizmente Fábio Barcellos só tem sido oposição à atual diretoria do Sinpol desde que a chapa apoiada por ele perdeu as eleições. Ele não tem legitimidade para representar os policiais civis", afirma Galvão, que hoje é diretor parlamentar da Cobrapol (Confederação Brasileira dos Policiais Civis). "Temos um fórum das entidades Sinpol, sindepo, Cobrapol e demais associações da PCDF na busca da paridade", afirma o sindicalista.



### Encontro produtivo

Kayo Magalhaes/CB

O próximo encontro da Lide, presidida em Brasília pelo empresário Paulo Octávio, será com o presidente da Fecomércio, José Aparecido da Costa Freire, em 8 de agosto, no Lago Sul. Como tema, a expansão do comércio, a atividade que mais emprega no DF.



### Festão

A Casa do Maranhão promove, nesta terça-feira, o arraí com a apresentação do tradicional Boi de Morros. Será às 20h, com música ao vivo e show do Boi do Seu Teodoro, grupo de cultura popular que reencena o auto do Bumba Meu Boi no Distrito Federal. A entrada é gratuita.

"Eles não querem mais me prender, querem que eu seja executado. Não posso pensar outra coisa. Mas tem uma coisa, o que acontece nos EUA nos últimos anos, como um espelho, vem acontecendo no Brasil. Eu acredito na eleição de Donald Trump em novembro"

Ex-presidente Jair Bolsonaro

"O cinismo do inegável não tem limites. (...) Reclama que seus 'assessores' são investigados, como se eles não tivessem participado da trama e de outras tramóias. E ainda quer que o povo pague por carros blindados sem ter direito a isso. É um mentiroso incurável, que espalha acusações irresponsáveis e quer posar de vítima"

Deputada Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT



Zéca Ribeiro/Câmara dos Deputados



### MANDOU BEM

Pesquisa do Instituto Fecomércio-DF indica que, em agosto, na onda do Dia dos Pais, as vendas devem crescer até 21,8%, o que injetará R\$ 270 milhões na economia local.



### MANDOU MAL

O prédio do Conselho Federal da OAB pegou fogo na manhã deste sábado, em Brasília. O incêndio começou no terceiro andar, onde fica o plenário da entidade, que estava em reformas.



### ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) vai sediar, em 6 de agosto, das 8h às 12h, o seminário "Feminicídio em debate: prevenir e combater o feminicídio no marco dos 18 anos da Lei Maria da Penha". O evento será presencial, no auditório da sede. A conferência inaugural do seminário trará o tema "Feminicídio em perspectiva histórica e o entendimento do Supremo Tribunal Federal", com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia e o procurador-geral de justiça do MPDFT, Georges Seigneur. Em seguida, terá o painel "Medidas protetivas de urgência e estratégias para gestão do risco de feminicídio: proteção integral na prática", com as promotoras de justiça Liz-Elainne Silvério, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, e Gabriela Gonzalez, titular da Promotoria de Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Recanto das Emas e coordenadora do Projeto Caliandra. O mediador será o promotor de justiça Marcelo Leite, coordenador do Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida do MPDFT. Em seguida, será ministrada a palestra "Feminicídio e o processo de nomeação do fenômeno: crimes de ódio x crimes passionais", da promotora de justiça Adalgiza Aguiar, coordenadora do Núcleo de Gênero do MPDFT. O presidente da mesa será o promotor de justiça Daniel Bernoulli, titular da 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri do Paranoá.

### À QUEIMA ROUPA



### DEPUTADO DISTRITAL PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP)

Ed Alves/CB/D.A Press



#### Qual é o objetivo da lei de sua autoria que proíbe a veiculação de imagens de violência contra a mulher?

O objetivo da lei é claro: proteger a identidade da vítima para que ela não seja revitimizada ao ver sua imagem e identidade expostas na mídia. O que nos motivou a redigir este projeto foi proteger a vítima que, muitas vezes, é agredida tanto com palavras quanto com ações, por meio de violência física, e que acaba sendo agredida novamente quando vê seu vídeo e sua identidade expostos na mídia. Isso resulta em uma dupla agressão, deixando a vítima cada vez mais fragilizada

#### O que fazer com filmes, por exemplo, em que há um roteiro sobre violência contra a mulher?

O terceiro parágrafo do projeto aprovado na Câmara permitia a

divulgação de imagens alteradas por efeito gráfico que impedisse a identificação da vítima. Como disse, o objetivo da lei é proteger a identidade da mulher, e não proteger o agressor ou censurar a mídia. No entanto, o Governo do Distrito Federal (GDF) vetou este parágrafo, criando uma proibição geral. Temos um compromisso com alguns veículos de comunicação que entraram em contato conosco, e há movimentação dentro da Câmara para que esse veto seja derrubado, permitindo que a mídia possa exercer livremente suas atividades de divulgação e informação, desde que, obviamente, respeite a identidade da vítima.

#### Proibir não seria uma espécie de censura?

Entendemos que proibir sem critério pode ser visto como censura,

embora a intenção não seja censurar, mas proteger a vítima e, por isso o parágrafo terceiro é tão importante pra dar sentido à lei, pois cria as situações em que, com responsabilidade, as imagens podem ser mostradas.

**Acha que a divulgação das imagens não acabaria reprimindo**

#### um debate importante?

Fui responsável por aportar R\$ 800 mil em emendas para o projeto "Mulher, Não Se Cale", uma iniciativa promovida pela Secretaria da Mulher do Distrito Federal. Essa campanha faz parte das estratégias do Governo do Distrito Federal (GDF) para enfrentar uma das mais graves

violações dos direitos humanos, impactando milhares de mulheres a cada ano, incentivando não só o debate, mas a denúncia por parte das muitas vítimas. Como ressaltei, nosso objetivo sempre foi e continuará sendo a preservação da identidade e do bem-estar da vítima. Quero lembrar ainda que fui autor de duas leis que julgo importantíssimas: recordar: uma é o código de defesa da mulher, que reúne um compêndio de normas que visam única e exclusivamente protegê-las, e outra é a mulher em evidência, que trata desde a escola a valorização da figura da mulher pra que tenhamos as próximas gerações cada vez mais conscientes da importância e do valor de uma mulher.

#### Acredita que a lei é constitucional?

Entendemos que, baseado no artigo 30, inciso I da CF, temos competência para legislar a respeito da temática, até porque o cenário de violência contra a mulher no DF tornou o assunto uma prioridade de governo, trabalhar para proteger e resguardar a todas.